

Itamar deixa orçamento para Congresso Nacional

O presidente interino da República, Itamar Franco, garantiu ontem ao senador Mendes Canale (PSDB/MS), presidente em exercício do Senado Federal, que não vai baixar medida provisória revisando o orçamento da União, como vinha sendo aconselhado pelo ministro da Justiça, Bernardo Cabral. O parlamentar prometeu, em contrapartida, que o projeto de lei enviado pelo presidente Fernando Collor no dia 13 de julho, propondo uma suplementação orçamentária será aprovado uma semana depois das eleições. O senador observou que o Legislativo também vem enfrentando dificuldades de caixa, sem no entanto, comprometer o pagamento dos salários dos parlamentares e dos seus servidores.

Canale, que substituiu Nelson Carneiro, foi recebido no final da tarde, pelo presidente em exercício, em companhia de vários membros da Mesa do Senado Federal. Ele lembrou que o Executivo não pode legislar sobre matéria financeira, pois do contrário o Congresso Nacional perderia a sua "razão de ser". Ele disse que, como ex-parlamentar, o Presidente jamais poderia tomar tal decisão. Canale ressaltou que existe um canal aberto para negociar a aprovação do projeto, sem a necessidade de medida provisória. O senador Antonio Luis Maia (PDC/TO), primeiro secretário da Mesa do Senado, lembrou que a aprovação pode ser feita através de voto simbólico de liderança o que facilitaria o processo.

GRAVIDADE

A situação de algumas empresas do Governo é grave, no momento, devido à falta de dinheiro em caixa. Esta foi a avaliação feita ontem pelo consultor geral da República, Célio Silva, ao presidente em exercício, Itamar Franco, abordando a necessidade de se aprovar o mais rápido possível a revisão orçamentária, seja por medida provisória ou acordo com as lideranças no Congresso Nacional.

Essa avaliação foi feita em reunião de que também participaram o consultor jurídico do Ministério da Justiça, Inocêncio Mártires Coelho, o secretário-geral adjunto, Cláudio Vieira, o chefe do Gabinete Militar adjunto, Ariel Pereira da Fonseca e o secretário de Assuntos Estratégicos adjunto, Flávio Duarte, em que o presidente Itamar Franco reconheceu a gravidade da situação. No entanto, o porta voz da vice-presidência, Emerson Souza, informou que o presidente em exercício prefere "examinar a questão com mais profundidade". Mais tarde, ao receber os senadores, Itamar revelou-lhes que prefere o acordo à edição da medida, que implicaria o repasse imediato de Cr\$ 2,5 trilões para a manutenção dos serviços do Governo.

ADALTO CRUZ



Itamar entre Canale (E), o ministro Chiarelli e o senador Irapuan: a suplementação não sai agora por medida provisória